

LÄNDERKUNDE E ERDKUNDE: A REGIÃO NO CONTEXTO GEOGRÁFICO

Virgínia Elisabeta Etges

RESUMO:

Este texto trata da concepção de *Länderkunde* (Geografia Regional) e de *Erdkunde* (Geografia Geral) entre os geógrafos alemães do século XIX e início do século XX, visando resgatar reflexões que poderão subsidiar as discussões em torno do tema Desenvolvimento Regional nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE:

Geografia Regional, Geografia Geral, região

ABSTRACT:

This text is related to the conception of *Länderkunde* (Regional Geography) and *Erdkunde* (General Geography) among the german geographers of the XIX Century and beginning of the XX Century, aiming to rescue considerations that could grant the discussions about the Regional Development theme nowadays.

KEY WORDS:

Regional Geography, General Geography, region

Numa época em que as discussões em torno da promoção do desenvolvimento vêm incorporando a perspectiva regional, expressa numa necessária descentralização da ação política e econômica, pautadas na busca da sustentabilidade, é fundamental que sejam retomadas idéias e obras de autores clássicos da Geografia que, em outras épocas, já se dedicavam a esta reflexão.

A discussão em torno dos estudos regionais na Geografia remonta a autores clássicos dos séculos passados, como Varenius, Newton, Kant, entre outros.

Segundo Schmithüsen, Bernard Varenius viveu somente 28 ou 29 anos, não se sabe ao certo se nasceu em 1621 ou 1622. Nunca realizou pesquisas de campo, nem viajou. Todas as fontes que utilizava em seus trabalhos já eram conhecidas. Na realidade, a importância da sua contribuição reside mais no fato de ele ter orde-

nado as informações, às quais tinha acesso, num sistema. A publicação e a disseminação das suas idéias deve-se a Newton (1643-1727), o qual, por muito tempo fez da *Geografia Generalis* a obra modelo na Inglaterra. Newton mesmo ministrou aulas de Geografia onde revidava afirmações da *Geografia Generalis*, que também foi por ele traduzida para o inglês. Portanto, a obra de Varenius foi fundamental para o desenvolvimento da Geografia, tanto na Inglaterra, como mais tarde na Alemanha, inclusive para Kant (1724-1804), que teria se apoiado em sua obra. Varenius foi o primeiro geógrafo da época moderna que, de forma consistente e objetiva, refletiu sobre a construção da Geografia.

“Segundo Varenius, a ciência geográfica deve estar fundamentada na exploração crítica de observações, na definição e descrição dos fatos e deve pesquisar e descrever as relações causais entre os fatos”¹

Uma das partes mais importantes do livro *Geographia Generalis* é a introdução, onde o autor discutiu a teoria da Geografia, afirmando que a sua atribuição básica está em pesquisar a superfície terrestre e suas partes:

“o objeto da Geografia, ou seja, a matéria que deve ser esclarecida é, em primeiro lugar, a terra como um todo, acima de tudo a sua superfície e suas partes.”²

A *Geographia Generalis* era composta de três partes: na primeira, denominada *Pars Absoluta*, Varenius abordava a terra como um todo e suas formas, abordando seu tamanho, movimentos, distribuição de terras emersas e águas, montanhas e suas formas, florestas, desertos, mares, rios, circulação atmosférica, ventos, etc. O seu objetivo era classificar em tipologias todos os conhecimentos que se tinha até então sobre a terra. A segunda parte chamava-se *Pars Respectiva* e tratava da diferenciação, na superfície terrestre, definida a partir da influência das camadas externas à terra. A definição de zonas climáticas e sua influência sobre a vida humana era um dos temas principais. Na terceira parte, denominada *Pars Comparativa*, Varenius estudava a influência da localização na superfície terrestre, compreendida a partir da comparação. No entanto, na introdução da *Geographia Generalis*, Varenius apresentou a *Geographia Specialis*, colocada no mesmo nível de importância daquela, o que levava a crer que o autor tinha a intenção de aprofundá-la no mesmo nível da primeira. O trabalho realizado sobre o Japão era uma evidência dessa intenção.

Na *Geographia Speciali*, Varenius apresentou o mesmo esquema da *Geographia Generalis*, só que relacionado ao caráter individual de uma área, onde as três partes passaram a ser denominadas *Afectiones*. Assim, ele denominou a primeira parte, correspondente a *Pars Absoluta* na *Geographia Generalis*, de *Afectiones Terrestres*, onde abordava os condicionamentos telúricos de determinada área. Estes aspectos foram trabalha-

dos no estudo sobre o Japão a partir de dez pontos, sistematicamente ordenados no sentido do “esquema regional” (*länderkundliches Schema*). Portanto, segundo Schmithüsen, a idéia da construção de uma Geografia Regional (*Länderkunde*), sistematicamente ordenada a partir de grupos de fatores específicos, já estava presente em Varenius, expressa em seu livro sobre o Japão e teoricamente explicitada na introdução da *Geographia Generalis*. Na segunda parte do texto, analogamente a *Pars Respectiva* da *Geographia Generalis*, foi feito o estudo das influências externas, denominada *Afectiones Celestes*. E, na terceira parte, finalmente, o homem foi trazido, como determinante, para o primeiro plano, através de estudos etnográficos, históricos e sócio-geográficos, denominada *Afectiones Humanae*.

Portanto, a discussão sobre uma Geografia Geral e uma Geografia Regional, já estava presente em Varenius, quando ele afirmava que a *Geographia Generalis* não tinha só sentido por si mesma, mas que ela abordava os fenômenos de forma tipológica, o que era simultaneamente uma preparação para a *Geographia Specialis*, na qual os resultados da *Geographia Generalis* seriam aproveitados. Concluindo, Schmithüsen afirmou que as concepções teóricas de Varenius, incorporadas mais tarde por Humboldt e Ritter, eram mais importantes para a História da ciência geográfica, do que até então se imaginava.³

A partir destas colocações podemos averiguar que a origem do pensamento geográfico moderno remonta a “geógrafos” anteriores a Humboldt e Ritter.

Ritter mesmo escreveu em 1822, que

“como disciplina histórica a Geografia até agora não passa de uma mistura sem regras internas; ela espera, sob o peso da escória, que a cobre, o sinal prateado do qual ela nascerá como ciência sólida”⁴

Na busca desta “regra interna” Ritter seguiu as trilhas do pensamento cosmológico (*Kosmologisches Denkmotiv*). O olhar cosmológico so-

bre toda a natureza torna-se o sinal prateado dos geógrafos: somente na conjugação de suas forças, na correlação de suas manifestações ela (a natureza) quer ser observada, afirmou Ritter.

A regra básica, que deve garantir a veracidade do todo, é a observação, continuou Ritter. O arranjo de todas as evidências recolhidas precisa, para ser metódico e para conduzir a um sistema natural, de um ponto de apoio, uma referência ideal (*idealer Hintergrund*). Só através dele os aspectos empíricos podem ser correlacionados e o diverso pode constituir-se em unidade.

A partir destas colocações, segundo Schultz, esperava-se que Ritter divulgasse sua referência ideal, sua teoria. Ao invés disto ele afirmou que a sua idéia básica (*Grundidee*) não poderia ser definida de saída, nem limitada em sua essência, senão que somente poderia adquirir forma através do desenrolar do processo, culminando com a conclusão. Como fundamentação neste sentido Ritter afirmou que a referência ideal não está para ele na veracidade de um conceito, e sim no conteúdo todo de todas as verdades existentes para ele, ou seja, no nível da fé (*im Gebiete des Glaubens*). Ela baseia-se numa contemplação interior, que se desenvolve a partir da sua vida em contato com a natureza e a humanidade.⁵

Assim, duas concepções básicas norteavam as preocupações dos geógrafos durante o século passado: a primeira, representada por Ritter, era concebida como a “via histórica” ou seja, a observação da superfície terrestre era norteadada pela idéia da história cultural. A segunda, a mais antiga e que as vezes se confundia com a primeira, consistia na tentativa de dividir a superfície terrestre a partir de fronteiras naturais. Com a primeira concepção, segundo Fröbel em sua contribuição metodológica de 1831, desenvolveu-se um princípio totalmente novo que a pura Geografia (*Erdkunde*), na qualidade de ciência natural, não conhecia: a influência estética da natureza sobre os homens, a qual se expressa em manifestações exitantes, cuja observação não é perceptível externamente, e sim in-

ternamente. Daí depreende-se que uma descrição da relação de troca entre natureza/homem sempre contará com elementos objetivos e subjetivos, onde no caso de uma se tratará de uma descrição científico-natural e, na outra, de uma interpretação estética, a qual somente produzirá quadros (*Gemälde*) e nunca será propriamente científica. Concluindo, Fröbel afirmou que a Geografia (*Erdkunde*) só será científica quando compreendida como ciência natural.⁶

Portanto, a principal crítica atribuída a Ritter era a de que ele analisava e comparava os espaços terrestres (*Erdräume*) a partir de aspectos estéticos, incorporando aspectos histórico-culturais dos lugares. Segundo a concepção dominante, para boa parte dos geógrafos da época, a Geografia só teria se afirmado quando a geologia, a mineralogia e a climatologia passaram a ter realce dentro dela.

Mas Ritter também teve seus mestres; dentre eles o principal foi Herder. Ratzel, em 1882, afirmou que Herder já tinha expressado claramente a idéia básica de Ritter: que a história não está ao lado, senão dentro da natureza. Exatamente as assim chamadas idéias teleológicas teriam pertencido originalmente muito mais a Herder do que a Ritter. Já em Mayr, numa de suas obras de 1880, lê-se que Herder mesmo era aluno de Kant, quando este filósofo ainda estava vinculado ao círculo de Leibniz. É a ele que remetem-se as idéias básicas de Herder e Ritter, concluiu o autor. Neste sentido também Plewe, em 1932, depois de estudar a relação entre Herder e Ritter, apontou Leibniz como o verdadeiro pai das concepções de Ritter.⁷

A tradição da “ciência de Ritter” transformou-se numa tradição de Geografia escolar. Quem quisesse dedicar-se à pesquisa, no sentido da tradição de ciência natural de Humboldt, associava-se a outros grupos, como geólogos ou pesquisadores viajantes.

Richthofen, em 1903, afirmou que Ritter não conseguiu formar uma escola de geógrafos que desse continuidade às suas ricas concepções. Ainda quando vivo, a Geografia descritiva já de-

sandara novamente para uma simples compilação, transformando-se numa servilha da História e da Estatística. Plewe, em 1932, complementou dizendo que de Ritter é preciso que se diga que ele sobreviveu a si mesmo, porque é um fato lamentável que suas elaborações, com raras exceções, tenham sido arrastadas adiante e desacreditadas por representantes insípidos, até que, por volta de 1870, se pode falar da falência da escola de Ritter.⁸

Já Peschel, em 1877 foi bem mais incisivo na sua crítica a Ritter, quando afirmou que a obra deste autor foi, acima de tudo, uma "teologia geográfica" na medida em que ele fazia crer que a formação e o ordenamento dos espaços terrestres resultariam de uma predestinação. Neste sentido, cada espaço individual representaria uma força moral, a qual como que, se manifestaria nas suas criaturas. À geografia (*Erdkunde*) caberia reconhecer a finalidade dos fenômenos. Na realidade, Peschel se contrapôs apenas à concepção teológica presente na análise de Ritter, na medida em que não se contrapunha à sua compreensão de Geografia.⁹

Esta fase da Geografia deve ser contextualizada, tendo em vista que vivia-se a época de pleno domínio do método positivista no campo científico. Esta filiação ao positivismo manifestava-se no princípio da unidade do método científico, qual seja, a idéia da existência de um único método, comum a todas as ciências, as quais seriam, conseqüentemente, definidas por objetos próprios. Esta postura positivista introduziu um acentuado ranço naturalista na Geografia, na medida em que descaracterizou as qualidades próprias dos fenômenos humanos e impeliu sua análise para a analogia com os procedimentos das ciências naturais.

Schlüter afirmou que nesta época a questão "se o homem realmente integra a Geografia" não era mais sequer discutida. Problemático tornou-se, entretanto, decidir quais aspectos relacionados ao homem e em que circunstâncias deveriam ser incluídos nos estudos de Geografia. E esta questão estava novamente intimamente re-

lacionada à discussão da unidade da Geografia, continuou o autor, dizendo que "o problema da unidade da Geografia não será resolvido enquanto a Geografia dos homens não for introduzida no grande edifício da Geografia, enquanto não se encontrar amalgamada com a Geografia Física".¹⁰

No afã de definir o *objeto de estudo da Geografia*, aprofundou-se também a discussão entre *Erdkunde (Geografia Sistemática ou Geral)* e *Länderkunde (Geografia Regional)* entre os geógrafos alemães da época da virada do século.

Alfred Hettner, um dos expoentes desta discussão, manifestava-se claramente a favor da *Länderkunde*, com o intuito de transformar a Geografia num "complexo de ciências" (*Complex von Wissenschaften*), unificando-a. Neste contexto, Hettner propôs a volta a Ritter, abdicando, no entanto, da sua teleologia. Respondendo à sua própria pergunta "o que é a Geografia?" Hettner afirmou tratar-se de todo o histórico desenvolvimento em direção da *Länderkunde*, ou então, "da ciência dos diferentes espaços da superfície terrestre"

Hettner propôs a interpretação desta resposta não só como descrição histórica mas também como prescrição, uma vez que a sua frase contém um significado tanto descritivo como normativo. Por um lado, enfatizou Hettner, o "Sistema da ciência" (*System der Wissenschaft*) não se deixa construir *a priori*, é preciso descobrir como a ciência avança, antes de se prescrever como ela deve avançar. Por outro lado, ele requeria uma fundamentação e uma explicação para este desenvolvimento histórico. Em 1919, na sua obra intitulada "A unidade da Geografia na ciência e no ensino" ele afirmou que "nós devemos justificar a essência da Geografia, tal como ela se desenvolveu historicamente, perante o juízo da lógica, e explicá-la a partir do sistema lógico da ciência" Tal sistema lógico é, na realidade, atribuição da Filosofia, continuou Hettner, mas no caso da Geografia, ela falhou até agora. Tendo em conta, portanto a necessidade urgente de elaborar definições para a Geografia, ele mesmo propôs um "Sistema das Ciências"

(*System der Wissenschaften*), concebido como “norma científica” que deveria conduzir a pesquisa e o ensino em Geografia para o caminho “correto”. Não é de surpreender, segundo Schultz, que Hettner, neste caminho “lógico-sistemático” também tenha chegado ao conceito da Geografia Regional: “Ela a Geografia é a ciência da organização espacial dos fenômenos na superfície terrestre” afirmou ele em 1905. Assim Hettner pôde juntar facilmente a metodologia descritiva e normativa numa unidade.

“Estas ciências crescem lentamente para dentro de um legítimo sistema lógico. (...) A classificação (isto é, o desenrolar da histórica divisão de tarefas na ciência) adapta-se à essência dos objetos, isto é, obtém cada vez mais legitimidade lógica”.¹¹

A continuidade histórica, à qual Hettner se referiria, é, contudo, discutível. É a Ritter que Hettner seguiu, instalando uma continuidade que se manifesta somente nos escritos populares e, em parte, na escola. E esta continuidade é tão pouco respeitável, afirmou Schultz, que o próprio Hettner a negou.

Mas onde se expressou então a unidade da Geografia na concepção de Hettner? “No método” respondeu ele mesmo em 1895. Mas por método ele não compreendia qualquer procedimento na busca do conhecimento, não o caminho para o objetivo, senão o objetivo, o próprio objeto da Geografia.

Mesmo que em Hettner a referência à observação corológica (*chorologische Betrachtungsweise*), à visão corológica (*chorologische Gesichtspunkt*), à interpretação corológica (*chorologische Auffassung*) e ao ponto de vista corológico (*chorologische Standpunkt*) sejam uma constante, ele queria expressar mais do que um seletivo interesse de pesquisa. “Os objetivos do pesquisador já se expressam no objeto a ser pesquisado” eles são por assim dizer “a essência deste objeto” afirmou ele também em 1895. “A observação geográfica não pode ser outra, a não ser

corológica” É da estrutura do objeto que ela é forjada, complementou o autor.

“A tarefa da Geografia é observar o caráter diverso (a particularidade, a essência, a natureza) das diferentes áreas da superfície terrestre, os fenômenos concretos da superfície terrestre, (...) as partes da terra, países, paisagens e áreas, como tais, (como unidades naturais e como individualidades), além de reconhecer como os diversos fenômenos conjuntamente influenciam o caráter de um país ou de uma área, como se expressam numa paisagem.”

E, mais adiante, Hettner complementou dizendo que

“o geógrafo, que não cultiva a Geografia Regional corre sempre o risco de perder o chão da Geografia. Quem não a compreende não é um autêntico geógrafo”¹²

De tudo o que foi dito, cabe destacar portanto, que a matriz da concepção regional em Geografia vem amparada no historicismo alemão.

Uma característica essencial da realidade humana é a sua “historicidade” a existência de um desenvolvimento histórico, no qual os indivíduos e os grupos sociais atuam movidos por uma intencionalidade, afirma Capel. Esta exaltação da história alcança tal dimensão que a expressão “Historicismo” chega a designar uma das mais caracterizadas correntes antipositivistas.

Assim, ao longo do século XIX a perspectiva histórica se introduziu em todas as ciências: o historicismo romântico e positivista pretendia simplesmente reconstruir, exigindo rigor na determinação dos feitos históricos e aceitando que cada unidade histórica tem um valor próprio e igualmente estimável; o historicismo do final do século XIX, porém, colocou, a partir de uma perspectiva teórica, o problema da validade do saber histórico e elevou a história à categoria explica-

tiva da realidade social, ao considerar que esta é resultado de um desenvolvimento e, por conseguinte, a descrição deste desenvolvimento desde a sua origem é essencial e indispensável para entender a realidade.

Por conseguinte, a introdução da história como elemento essencial na natureza de algo supõe introduzir uma dimensão de extraordinária complexidade, já que a história é composta de uma sucessão de acontecimentos singulares, realizados intencionalmente. *Assim, um dos princípios básicos do historicismo consiste em realçar o caráter individual resultante das forças histórico-humanas. Ou seja, a introdução do desenvolvimento histórico como elemento essencial na realidade social de algo implica o aparecimento do particular e do singular como objetivo do conhecimento científico. Para que esta apreensão do singular pudesse ser considerada científica, com o mesmo caráter de cientificidade generalizante das ciências da natureza, faltava justificar teoricamente a possibilidade desta ciência do singular.*¹³

Windelband tomou a si esta tarefa, a partir da distinção kantiana entre classificações lógicas e físicas. Segundo Kant, podemos referir-nos às nossas percepções empíricas tanto de acordo com conceitos, como segundo o tempo e o espaço em que se encontram realmente. A classificação das percepções, segundo os conceitos, é lógica, enquanto que a que se realiza segundo o tempo e o espaço é uma classificação física. Pela primeira, obteremos um sistema da natureza, e pela segunda, uma descrição da natureza.¹⁴

A partir deste conceito kantiano, Windelband classificou as ciências da experiência em nomotéticas e idiográficas. As primeiras se ocupariam do constante e do permanente, e tratariam de descobrir as leis da natureza, enquanto as segundas se interessariam pelo único ou singular, pelos fatos e acontecimentos, pelas condições circunstanciais no tempo e no espaço.¹⁵

As ciências da natureza são, em geral, ciências nomotéticas e idiográficas, ainda que o próprio Windelband reconhecesse que um obje-

to podia ser estudado por um e outro tipo de ciência, complementa Capel. Foi Rickert, porém, quem aprofundou as implicações desta dupla perspectiva aplicada a uma mesma realidade. Para ele, efetivamente, uma realidade pode ser considerada desde uma perspectiva generalizante, na qual se retém o que é comum a diferentes objetos, ou desde uma perspectiva individualizante, apreendendo o objeto em sua singularidade, no que ele se distingue dos outros. A primeira perspectiva é própria das ciências nomotéticas e a segunda, das idiográficas. Ainda que uma e outra sejam empregadas respectivamente nas ciências da natureza e nas históricas ou do espírito, o autor insiste em que uma realidade física ou cultural pode ser objeto das duas perspectivas, já que se trata de dois métodos, de duas formas de aproximação.¹⁶

A oposição entre natureza e espírito e, de forma correlata, a distinção entre ciências naturais e humanas (ou do espírito, ou culturais) colocava para a Geografia recém institucionalizada, ou em vias de institucionalização, um grave problema: o perigo de desagregação entre uma Geografia Física, já bastante arraigada na disciplina, e outra Humana, que iniciava um rápido desenvolvimento a partir da tentativa de sistematização, realizada por Ratzel.

Frente ao dualismo desagregador e ameaçador, afirma Capel, a Geografia Regional se configurou como a mais segura via para a sobrevivência da ciência. A própria tradição geográfica, por um lado, e os aportes teóricos do historicismo por outro, facilitaram os fundamentos para este caminho integrador. E a afirmação do caráter ideográfico da Geografia permitiu resolver os problemas gnoseológicos que se apresentavam.

A compreensão da Geografia como uma ciência do singular era facilmente aceitável porque, neste sentido, podia exprimir-se explicitamente o pensamento kantiano.

Segundo Capel, Kant efetivamente havia feito alusão à Geografia ao expor sua distinção entre classificações lógicas e físicas. Para o filósofo, segundo a classificação física, as coisas se

consideram de acordo com sua localização sobre a terra. Em geral, segundo Kant, aqui consideramos o marco da natureza, a terra mesma e os lugares onde as coisas se encontram realmente, em contraste com os sistemas em que perguntamos, não sobre o lugar de nascimento, e sim sobre a similitude das formas.

Geografia e História, por sua vez, aparecem irmanadas no pensamento kantiano como ciências à parte. Segundo o próprio Kant, na introdução de sua obra *Die Physische Geographie* (A Geografia Física):

“O que diz respeito às fontes e à origem dos nossos conhecimentos, nós os criamos ou da pura razão ou da experiência, a qual mais adiante mesma vai instruir a razão.

Os puros conhecimentos racionais nos são dados pela razão; conhecimentos experimentais, entretanto, nós adquirimos através dos sentidos. Mas como os nossos sentidos não alcançam o mundo todo, assim também os nossos conhecimentos experimentais se limitam ao mundo atual. (...)

Nos sentidos iniciam os nossos conhecimentos. Eles nos dão a matéria, à qual a razão confere uma forma conveniente. A base de todo conhecimento encontra-se, portanto, nos sentidos e na experiência, sendo a última a nossa própria ou a de alguém estranho. (...)

Neste sentido, nós expandimos nossos conhecimentos através de notícias, como se nós mesmos tivéssemos vivido toda a antigüidade. Nós expandimos nossos conhecimentos do tempo presente através de notícias de países estranhos e distantes, como se nós mesmos vivéssemos lá.

Mas deve ser ressaltado que: toda experiência estranha nos é compartilhada ou através de um relato, ou através de uma descrição. A primeira é História, a outra, Geografia. A descrição de uma única área da Terra chama-se *Topographie* mais adiante *Chorographie*, ou seja, descrição de uma área e

suas particularidades. *Orographie*, descrição desta ou daquela serra. *Hydrographie*, descrição das águas.”

Ao fazer estas considerações, Kant, sem dúvida, tinha presente a Geografia do século XVIII, que havia se desenvolvido essencialmente a partir da via da *Geographia Specialis* de Varenius e havia dado lugar a monumentais compilações de dados sobre reinos e países. Por isso a nova valorização da Geografia Regional, ao final do século XIX, podia facilmente remeter-se ao pensamento kantiano, integrando ao mesmo tempo a idéia de interrelação entre os elementos heterogêneos que se combinam no espaço, idéia desenvolvida pelo ambientalismo naturalista. A Geografia era, assim, um terreno bem preparado para admitir a distinção neokantiana entre ciências nomotéticas e idiográficas e para ser incluída neste segundo grupo, complementa Capel.

Neste contexto, foi sobretudo Hettner quem se destacou, com a preocupação fundamental de afastar o perigo do dualismo geográfico, assegurando teoricamente a unidade da ciência e mostrando, ao mesmo tempo, sua especificidade em relação às disciplinas próximas.

Assim como Dilthey pensava que não havia que fundar as ciências humanas, porque estas já existiam desde a antigüidade, que era preciso somente reconhecer seus métodos específicos, Hettner considerava que na geografia não havia que se estabelecer nenhum princípio metodológico novo, senão simplesmente reconhecer o que historicamente estava presente no desenvolvimento da matéria. Para Hettner o estudo da história da Geografia evidenciava dois conceitos básicos: o de *Erdkunde*, equivalente a *Geografia Geral*, e o de *Länderkunde*, expressando o enfoque Regional ou Corológico. Se durante muito tempo havia sido possível aceitar a Geografia como ciência geral da terra, isto já não era mais possível a partir do século XIX, devido ao surgimento de novas disciplinas como a Geologia, a Geofísica, a Meteorologia, entre outras. Por isso todo o esforço de Hettner se concentrou em demonstrar que

a verdadeira essência da Geografia é o enfoque corológico, ou seja, aquele que permite descrever e interpretar os caracteres diferentes da superfície terrestre, e a justificar a validade epistemológica deste enfoque – assim como do cronológico e histórico – como distinto do sistemático.¹⁷

Se transportarmos esta reflexão para os dias atuais ela necessariamente nos remeterá à discussão da relação entre o todo e as partes, na qual nos apoiamos no materialismo dialético, onde as partes e o todo aparecem numa unidade dialética, onde a parte é, de um modo ou de outro, o todo e onde o todo só existe na parte, através da sua singularidade

A crítica feita a Marx, por um contemporâneo seu, explicita bem o que aquele entendia por método dialético:

“Para Marx, só importa uma coisa: descobrir a lei do fenômeno de cuja investigação ele se ocupa. E para ele é importante não só a lei que o rege, à medida que ele tem forma definida e está numa relação que pode ser observada em determinado período de tempo. Para ele o mais importante é a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Uma vez descoberta essa lei, ele examina deta-

lhadamente as conseqüências por meio das quais ela se manifesta na vida social (...). Por isso Marx só se preocupa com uma coisa: provar mediante escrupulosa pesquisa científica a necessidade de determinados ordenamentos de relações sociais e, tanto quanto possível, constatar de modo irreprensível os fatos que lhe servem de ponto de partida e de apoio.”¹⁸

Temos claro, portanto, que no processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social.

A abordagem regional em Geografia contribui neste sentido, quando se entende a região como expressão da forma como o todo se territorializa em determinado lugar e em determinada época. Mas acima de tudo, quando se entende que nesta porção territorial existe toda uma potencialidade, decorrente das experiências ali acumuladas ao longo da história. E que esta potencialidade, que particulariza uma região frente às demais, é que carrega em si a possibilidade da resistência aos efeitos perversos da globalização e a possibilidade da criação do novo.

Notas

1 SCHMITHÜSEN, Josef. Geschichte der Geographische Wissenschaft. Bibliographisches Institut Mannheim/Wien/Zürich. 1970. S. 119-120.

2 VARENIUS, Bernard. apud SCHMITHÜSEN, Josef. op.cit. S.120.

3 SCHMITHÜSEN, Josef. op.cit. S.122, 123 u.127.

4 RITTER, apud SCHULTZ, Hans-Dietrich. Die Deutsche Geographie von 1800 bis 1970. Ein Beitrag zur Geschichte ihrer Methodologie. Berlin: Selbstverlag des Geographischen Instituts der Freien Universität Berlin. 1980. S.41.

5 RITTER, apud SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S.45-46.

6 FRÖBEL, apud SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S. 52.

7 SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S. 54-55.

8 SCHULTZ, Hans-Dietrich. loc. cit.

9 SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S. 69.

10 SCHLÜTER, apud SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S. 80.

11 HETTNER, apud SCHULTZ, Hans Dietrich. op. cit., S. 83.

12 HETTNER, apud SCHULTZ, Hans-Dietrich. op. cit., S. 84-85.

13 CAPPEL, Horácio. Filosofia Y Ciencia en la Geografía Contemporánea. Barcelona, Barcanova Temas Universitarios. 1981. p.314-317.

14 KANT. Physische Geographie. Ed. F.T. Rink. 1802.

15 WINDELBAND. Geschichte und Naturwissenschaft,

Strasbourg. 1894, apud CAPPEL, op. cit., p. 317
16 RICKERT, apud CAPPEL, op. cit., p. 357-358.
17 CAPEL, Horácio, op. cit., p. 318-320.

18 MARX, Karl. "Posfácio à 2ª Edição de "O capital"
In: *O capital*. São Paulo. Abril Cultural. 1983.

Bibliografia

CAPEL, Horácio. *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona, Barcano-va Temas Universitários, 1981.

KANT, Immanuel. *Physische Geographie*. Ed. F.T. Rink, 1802.

MARX, Karl. "Posfácio à 2ª edição de "O Capital" "
In: *O Capital*. São Paulo. Abril Cultural, 1983.

SCHMITHÜSEN, Josef. *Geschichte der Geographische Wissenschaft*. Wien/Zürich, Institut Mannheim/Bibliographisches, 1970.

SCHULTZ, Hans-Dietrich. *Die Deutsche Geographie von 1800 bis 1970. Ein Beitrag zur Geschichte ihrer Methodologie*. Berlin. Selbstverlag des Geographisches Institut der Freien Universität Berlin, 1980.

